

---

**Interpretações sobre a burguesia no Brasil: as perspectivas de Celso Furtado,  
Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini<sup>1</sup>**

Gonzalo Gutiérrez Garbiero<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é reconstruir o pensamento de quatro autores brasileiros - Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini- em torno à burguesia nacional. Na primeira seção, analiso a produção acadêmica de cada um dos autores, para logo fazer uma análise comparativa com o fim de expor as implicâncias de suas propostas teóricas respeito a burguesia nacional. Por último, faz-se referência à recuperação contemporânea dessas linhas de pesquisa com o propósito de traçar um mapa sobre os tipos de abordagens da burguesia nacional na atualidade.

**Palavras-chave:** burguesia nacional, desenvolvimentismo, Brasil.

---

**Interpretations on the bourgeoisie in Brazil: the perspectives of Celso Furtado, Florestan  
Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini**

**Abstract:** The aim of this article is to reconstruct the thinking of four brazilian authors -Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso and Ruy Mauro Marini- around the national bourgeoisie. In the first section, I analyze the academic production of each of the authors, and then I perform a comparative analysis in order to expose the implications of their theoretical proposals regarding the national bourgeoisie. Finally, I refer to the contemporary recovery of these lines of research, in order to map out ways of approaching the national bourgeoisie today.

**Key words:** national bourgeoisie, developmentalism, Brasil

---

<sup>1</sup>  Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>2</sup> Licenciado em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires. Email: gutierrezgarbiero@gmail.com.

## Introdução

Este artigo procura analisar as interpretações da burguesia no Brasil a partir da reconstrução das principais perspectivas que entraram em debate desde os anos trinta até a década de setenta. Além disso, o trabalho situa-se no terreno da análise das ideias e considera que a produção intelectual está profundamente ligada à dinâmica econômica, política e social de cada momento histórico. O importante a destacar neste caso é que as caracterizações da burguesia não estão separadas dos modelos econômicos e das coalizões de poder político (SUNKEL, 2013).

A produção bibliográfica selecionada foi publicada entre os anos trinta e setenta do século passado, durante o período caracterizado pelo processo de industrialização dirigido pelo Estado (OCAMPO, 2011). Ainda que o foco esteja circunscrito àquelas décadas, vale destacar que o debate sobre a burguesia permanece aberto até a atualidade, e as produções acadêmicas que as analisam costumam citar a mesma bibliografia utilizada neste artigo, onde as discussões ocorrem em torno ao desenvolvimentismo.

O início do período citado esteve marcado pelo impacto da crise econômica dos anos trinta que deu começo ao processo de industrialização, o que significou o abandono da política econômica livre-cambista e a adoção do protecionismo como meio para o desenvolvimento interno. Assim, a intervenção do Estado na esfera econômica tornou-se a principal questão em debate nesse momento, dando início a um processo de industrialização baseado na substituição de importações, que caracterizou o modelo de crescimento e acumulação do capital por meio século. Além da intervenção do Estado, a questão da industrialização e do desenvolvimento tornou-se outro dos principais pontos do debate.

Nesse contexto, no campo da teoria econômica surgiram as teorias desenvolvimentistas<sup>3</sup> que começaram a pensar a industrialização da região latino-americana como o meio para elevar o nível de vida da população (PREBISCH, 1949). Segundo Bielschowsky (2000), todas as correntes desenvolvimentistas concordaram em ter como projeto a formação de um capitalismo industrial moderno que se deu pela planificação econômica e pela intervenção estatal. Nesse trabalho o autor identificou três correntes desenvolvimentistas: o setor privado, o setor público não nacionalista, e o setor público nacionalista; além de analisar a corrente neoliberal<sup>4</sup> e a socialista.

A corrente desenvolvimentista do setor privado teve como objetivo a defesa dos interesses

---

<sup>3</sup> O desenvolvimentismo surgiu como derivação da tese do atraso brasileiro, porém, o desenvolvimentismo é a outra cara da tese do subdesenvolvimento (CEPÊDA, 2012). Sob essa perspectiva deve interpretar-se o texto fundacional do Prebisch de 1949 que sustenta as principais teses da corrente cepalina.

<sup>4</sup> Matenga (1986) propôs outra classificação, identificando duas grandes correntes: de um lado o liberalismo clássico e monetarismo e, do outro, a corrente intervencionista estruturalista, com ramificações para o marxismo. No caso deste artigo, a decisão de excluir da análise a corrente liberal fundamenta-se numa razão metodológica: o objetivo do artigo não é apresentar as teorias econômicas que entraram em debate, mas sim as controvérsias em torno à caracterização da burguesia nacional no debate sobre o desenvolvimento, partindo do pressuposto que a corrente liberal ocupa um lugar marginal.

empresariais, principalmente aqueles ligados à indústria congregados na Confederação Nacional da Indústria e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, propondo uma estratégia de industrialização planejada em contrapartida às teorias liberais. Neste grupo destacou-se o industrial paulista e dirigente empresarial Roberto Simonsen, quem manteria um clássico debate com o liberal carioca Eugênio Gudin, na década de 1940<sup>5</sup>.

A perspectiva desenvolvimentista conseguiu maior densidade teórica com os trabalhos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) que começou a pensar a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos a partir da teoria do subdesenvolvimento. Nesse sentido, segundo Bielschowsky, a CEPAL deu continuidade ao trabalho iniciado por Simonsen e seu instrumental analítico “(...) foi parcialmente incorporado pelo desenvolvimentismo do setor privado e integralmente incorporado pela maioria dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 78).

Neste artigo aborda-se o pensamento de quatro autores brasileiros, excluindo da análise a corrente liberal. Assim, esta análise trata de autores representativos do pensamento desenvolvimentista e do pensamento socialista ou marxista. O objetivo deste artigo é distinguir e analisar três correntes teóricas nas caracterizações da burguesia nacional.

A primeira delas acredita em sua existência ou na possibilidade de sua criação como meio para superar a dependência econômica. O representante desta corrente é Celso Furtado durante sua participação na CEPAL, instituição chave do nacional-desenvolvimentismo. Posteriormente, Furtado afasta-se desses postulados para desenvolver a interpretação nacional-dependente.

A segunda cristaliza-se no pensamento de Fernando Henrique Cardoso, quem considera que para alcançar o desenvolvimento faz-se necessária uma aliança com o capital estrangeiro. Esta corrente de pensamento é definida como dependente e associada ou da interdependência, ao considerar que na nova situação de dependência é necessário promover alianças entre o capital nacional e o capital estrangeiro como meio de desenvolvimento, considerando que não há no Brasil uma burguesia nacional.

A terceira corrente de cunho socialista e marxista não acredita na existência de uma burguesia industrial com interesses nacionais ou considera que, pela sua fragilidade, seria incapaz de viabilizar um efetivo processo de transformação na economia brasileira. Nesta corrente encontram-se Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes.

Nas próximas páginas exponho as caracterizações da burguesia nacional dos quatro autores mencionados, e nas considerações finais retomo as principais ideias com o propósito de fazer uma análise comparativa com o fim de expor as implicações de suas propostas teóricas. Por último, faz-se referência à recuperação contemporânea dessas linhas de pesquisa com o propósito de traçar um

---

<sup>5</sup> O debate encontra-se em Simonsen e Gudin (2010). Para uma recuperação recente deste debate, ver Teixeira, Maringoni e Lobato Gentil (2010).

mapa sobre os tipos de abordagens da burguesia nacional na atualidade.

## **Celso Furtado**

Na década de 1940 surgiram as primeiras reflexões sobre o processo de substituição de importações adotadas pelos países latino-americanos e, no final desse período, constituiu-se a CEPAL. Esta organização adotou uma leitura estruturalista da economia, baseando-se no pensamento do economista argentino Raúl Prebisch e do brasileiro Celso Furtado. Segundo esta corrente de pensamento, o mercado mundial estava estruturado em países centrais produtores e exportadores de manufaturas e em países periféricos produtores e exportadores de matérias primas, ou seja, interpretavam a configuração do capitalismo mundial em termos de centro-periferia, onde esta última caracteriza-se por uma situação subdesenvolvida. Essa abordagem centrou-se na teoria dos *shocks adversos*<sup>6</sup>, que apresentou uma visão alternativa à teoria das vantagens comparativas<sup>7</sup> fundamentada na divisão internacional do trabalho, até o momento hegemônica no plano da teoria econômica. Partindo desse diagnóstico, o principal desafio das economias periféricas era se constituírem como países capitalistas independentes dos países centrais. Para atingir esse objetivo, foi proposta a intervenção do Estado na economia como agente dinamizador do desenvolvimento e da industrialização. Ao mesmo tempo, a partir da perspectiva cepalina se pensou que as burguesias locais, em aliança com o Estado e a classe trabalhadora, poderiam conduzir o processo.

Para Celso Furtado, o subdesenvolvimento era a consequência da subordinação econômica da periferia ao centro, e não uma etapa do desenvolvimento como propuseram as teorias etapistas<sup>8</sup>. Para superar o subdesenvolvimento, considerava que era preciso a ação do Estado junto aos interesses privados locais. No livro *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*<sup>9</sup>, publicado em 1959, o autor afirma que:

A política de industrialização visa ao tríplice objetivo de dar emprego a essa massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de

---

<sup>6</sup> A teoria dos *shocks adversos* ou externos sustenta que nos momentos de crise do capitalismo mundial as economias periféricas –em referência às latino-americanas– cresceram prioritariamente pela expansão do mercado interno através da substituição de importações. Nesse processo o papel do Estado foi fundamental ao aplicar políticas anticíclicas (PREBISCH, 1949). Assim, o conflito mundial impulsionou o processo de substituição de importações na região, assegurando as bases para um desenvolvimento acelerado (MARTINS, 1968).

<sup>7</sup> Segundo Prebisch (1949), as ponderações acerca das vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho estão baseadas numa premissa falsa: o fruto do progresso técnico do centro tenderia a ser repartido equitativamente entre todos os países através do livre comércio internacional. Ao contrário, o autor afirma que o desequilíbrio entre os países destrói essa premissa e o falso sentido de universalidade dessa teoria, sendo a industrialização o único meio dos países periféricos para conquistar o progresso técnico e elevar o nível de vida da população.

<sup>8</sup> Furtado (1989) critica a Rostow pela insistência sobre o caráter invariável e linear dos processos do desenvolvimento econômico. Ver Rostow (1961).

<sup>9</sup> Se vem o livro citado circunscreve-se à região nordestina, considero que essas afirmações podem-se estender ao território nacional.

desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas (GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1959, p. 12).

Assim, a criação de uma nova classe dirigente deveria ser uma das tarefas da política econômica. Neste aspecto o autor manifesta que o espírito desenvolvimentista dessa classe seria a chave para superar o subdesenvolvimento. Pode-se afirmar que Furtado acredita na possibilidade de uma burguesia industrial com interesse no desenvolvimento nacional, em contraposição aos interesses externos que fomentam o subdesenvolvimento. Mas, devido à insuficiência de poupança interna, o capital estrangeiro poderia ser dirigido a atividades específicas com a regulação do Estado.

O golpe de Estado de 1964 é considerado um momento chave no Brasil e no pensamento dos intelectuais da época. No caso de Furtado, Guimarães (2000) afirma que antes do golpe de Estado o autor “*pensou a periferia desde a sua relação com o centro*” e no pós-64 repensou “*a periferia desde as mudanças em curso no centro do mundo*” (GUIMARÃES, 2000, p. 20).

Nessa nova etapa, o intelectual adotou o termo dependência para compreender as nações latino-americanas, sem deixar de caracterizá-las como países subdesenvolvidos<sup>10</sup>. Assim, afirma que um dos atributos do subdesenvolvimento é o padrão de consumo das elites que não se correspondem com “*processo de acumulação de capital e o progresso nos métodos produtivos*” (FURTADO, 1974, p. 81). Segundo Furtado, as elites assimilam os padrões do consumo do centro, fortalecendo a dependência cultural e perdendo contato com as fontes culturais do seu país. Diante da colonização cultural, Furtado afirma que o controle da produção pelas empresas estrangeiras não é a única causa da dependência, mas sim um fator que a aprofunda. Nesse sentido, o autor argumenta que:

(...) o controle direto por grupos estrangeiros, no sistema produtivo dos países periféricos, não constitui um resultado necessário na evolução da dependência. É perfeitamente possível que uma burguesia local de relativa importância e/ou uma burocracia estatal forte (...) mantenham uma posição dominante nesse controle [mas] o controle local, ao nível da produção, não significa necessariamente menos dependência (FURTADO, 1974, p. 90).

A questão central é que os grupos locais, sejam privados ou públicos, dificilmente se afastam da “*visão do desenvolvimento como processo mimético de padrões culturais importados*” (FURTADO, 1974, p. 90) fortalecendo a situação de dependência. Em resumo, o problema da dependência é cultural e econômico: há uma incompatibilidade entre o projeto do desenvolvimento dos grupos dirigentes que têm como objetivo reproduzir os padrões do consumo dos países centrais, e o grau de acumulação de capital alcançado. Em outras palavras, Furtado considerava que as classes dominantes brasileiras não tinham mentalidade empresarial, o que

---

<sup>10</sup> De fato, no início dos anos setenta Furtado mantém o diagnóstico da permanência do subdesenvolvimento, ao caracterizar o regime militar como uma modernização conservadora. (FURTADO, 1977).

constituiria um obstáculo ao desenvolvimento nacional.

Pode-se afirmar que até a década de 1960 Furtado tinha esperanças na construção de uma burguesia nacional. Impedida essa formação pela heterogeneidade estrutural da economia brasileira junto à colonização cultural, Furtado manifesta a inexistência de uma burguesia nacional no país:

Assimilá-la [a classe industrial] a uma burguesia nacional constitui simplificação que contribui mais para ocultar do que para revelar a realidade. Seus interesses estão, de maneira geral, positivamente vinculados ao comércio exterior. São as exportações que criam o mercado interno e permitem a aquisição de equipamentos no exterior a bom preço; por outro lado, só excepcionalmente as indústrias locais concorrem com as importações, das quais são em muitos casos complementares (FURTADO, 1972, p. 19).

O ingresso do capital estrangeiro na economia brasileira marcou a passagem para o desenvolvimento associado e dependente baseado no investimento estrangeiro de empresas transnacionais, e nessa leitura afirma o autor: “(...) *trata-se menos de emergência ou consolidação de uma burguesia nacional do que de implantação da nova burguesia internacional ligada ao capitalismo dos grandes conglomerados transnacionais*” (FURTADO, 1972, p. 36).

Na etapa do auge da substituição de importações, da teoria centro-periferia da CEPAL e do crescimento vertiginoso da indústria nacional, Furtado acreditava na possibilidade de promover a formação de uma burguesia nacional. Com a crise econômica na década de 1960 e com o golpe de Estado de 1964, Furtado afasta-se das noções originais da CEPAL ao desenvolver a interpretação nacional-dependente (BRESSER-PEREIRA, 2010). Esta nova interpretação da dependência reconhece o caráter dependente das elites locais, mas acredita numa classe local capitalista ou burguesa dividida entre um grupo mercantil e financeiro –associado aos interesses externos–, e uma burguesia industrial que vive as contradições de se aliar às elites estrangeiras ou de se identificar com os interesses da nação<sup>11</sup>. Se essa burguesia industrial é guiada pelos interesses nacionais, há a possibilidade de superar a dependência. Enfim, o argumento de Furtado é que sem interesses nacionais em contraposição aos interesses estrangeiros não há a possibilidade de superar o subdesenvolvimento e a dependência.

## **Florestan Fernandes**

Na Universidade de São Paulo (USP) constituiu-se um núcleo de pensadores que adotaram uma nova perspectiva na análise da realidade brasileira. O grupo liderado pelo sociólogo Florestan Fernandes na Escola Paulista de Sociologia, adotou uma posição crítica aos postulados da CEPAL

---

<sup>11</sup> Guimarães (2000) afirma que segundo Furtado “*As estruturas econômico-sociais, permanentemente atualizadas pela dinâmica centro-periferia, conformavam apenas o campo das opções estratégicas possíveis para os atores*” (GUIMARÃES, 2000, p. 22).

e do ISEB<sup>12</sup> (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), principalmente no que confere às ideias do nacional-desenvolvimentismo no Brasil e da aliança de classes, onde a burguesia nacional era um de seus pilares.

Para Florestan Fernandes, a maioria dos países de origem colonial não conheceram as reformas típicas das revoluções burguesas (revolução agrícola, urbana, industrial, nacional e democrática). Pelo contrário, o desenvolvimento capitalista nesses países foi controlado de fora e voltado para fora<sup>13</sup>, transferindo as riquezas para o exterior e impedindo a formação de um proletariado industrial forte. Nesses países, as burguesias caracterizavam-se como compradoras – ligadas ao comércio importador– ou demasiado frágeis para conseguirem conduzir a revolução burguesa. Essa debilidade das burguesias locais impediu, junto à resistência das burguesias externas, o desenvolvimento capitalista independente.

Florestan Fernandes definiu o desenvolvimentismo como a aliança entre as classes proletárias e os ‘setores nacionalistas da burguesia’ que pretendiam conduzir a revolução nacional sem identificar o pró-imperialismo crônico das classes dominantes. A partir desse diagnóstico, afirma que “(...) *o desenvolvimento do capitalismo não passa pela revolução industrial (...) a revolução nacional já não é instrumental para o desenvolvimento capitalista*” (FERNANDES, 2012, p. 97).

Para Florestan Fernandes, a época das revoluções burguesas já passou. Nesse sentido, o autor afirma: “*As classes burguesas não se propõem as tarefas históricas construtivas, que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática; as classes trabalhadoras têm de definir por si próprias o eixo de uma revolução burguesa que a própria burguesia não pode levar até o fundo e até o fim*” (FERNANDES, 2012, p. 49) por causa de fatores como a herança das estruturas coloniais e sua aliança com as burguesias externas imperialistas.

Torna-se evidente que para o sociólogo o nacionalismo não era um fator central na superação da dependência. Para ele, a burguesia nacional não era progressista nem democratizante. Pelo contrário, a partir do golpe de Estado de 1964, impediu a continuidade da revolução democrática produzindo a contrarrevolução permanente: um processo ultraconservador apoiado pelo poder econômico e político do imperialismo. Segundo Fernandes, o propósito da burguesia era acelerar a modernização capitalista e, ao mesmo tempo, reprimir as pressões populares. No entanto, sua força era relativa uma vez que foi subordinada aos interesses das empresas transnacionais:

---

<sup>12</sup> O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) compartilha parte da leitura da CEPAL. Segundo Bresser-Pereira (2010) suas ideias eram mais de caráter político que econômico, complementarias no plano econômico às ideias do estruturalismo cepalino.

<sup>13</sup> Segundo Florestan Fernandes, as perspectivas vinculadas ao nacional desenvolvimentismo ignoram que a expansão da periferia dependente estava destinada a ser constantemente remodelada pelas mudanças do mercado capitalista mundial (BANDOLI, 2009).

Ela possui poder para resguardar sua própria posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente em outras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos (FERNANDES, 1976, p. 91).

[As burguesias dependentes] detêm um forte poder econômico, social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa (FERNANDES, 1975, p. 344).

A burguesia, portanto, encontrava-se em uma situação de dependência, mas com poder suficiente para manter o controle político-institucional do Estado nacional. Mas também, a burguesia detém o controle ideológico já que logra identificar a revolução nacional com seus interesses particulares. Assim, os interesses próprios de sua classe “*são impostos por mediação do Estado como se fossem os interesses gerais da Nação*” (BANDOLI, 2009, p. 5).

Por conseguinte, conclui Florestan Fernandes, a aliança do proletariado com a burguesia já não era a estratégia adequada. O proletariado devia lutar pela ‘revolução dentro da ordem’ com o objetivo de aprofundar a revolução burguesa, mas tendo em conta que esse é um objetivo instrumental e conjuntural, uma necessidade histórica, sendo o objetivo final a revolução socialista<sup>14</sup>.

Do lado da burguesia nacional, a estratégia baseava-se na manutenção do controle das funções políticas e repressivas que permitisse garantir a dominação em concordância com os interesses imperialistas, além de evitar as transformações com tendência à abertura democrática da sociedade brasileira.

Como líder do grupo de pesquisa da Escola Paulista de Sociologia, indicou quais são os principais tópicos a serem investigados:

A mentalidade do empresariado industrial, elemento decisivo para a compreensão do crescimento econômico e das tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira; a intervenção construtiva do Estado na criação ou fomento de condições para provocar ou acelerar o desenvolvimento econômico em geral; a mobilização da força de trabalho, sob as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica (...) (FERNANDES, 1975, p. 318).

Assim, Fernandes assinala que devem estudar-se os três setores principais do capitalismo fazendo ênfase em deferentes aspectos: a mentalidade do empresariado industrial, a intervenção do Estado e a mobilização da força do trabalho.

## **Fernando Henrique Cardoso**

---

<sup>14</sup> Após o golpe de 1964 e como consequência do Ato Institucional 5 do governo militar, Fernandes foi exilado no Canadá e se reciclou teoricamente. Esta virada da década de 1960 para 1970, foi caracterizada como a passagem de uma fase acadêmico-reformista a uma política-revolucionária, acentuando seu compromisso político com a realidade brasileira (FREITAG, 2005).

Sob outra perspectiva, a mentalidade do empresariado industrial foi tópicamente pesquisada por Fernando Henrique Cardoso, ao se perguntar em que medida a burguesia industrial era responsável pela debilidade do desenvolvimento econômico no processo de industrialização. Nestas pesquisas, Cardoso debateu com as teses desenvolvimentistas que propunham que a burguesia nacional poderia liderar o processo de desenvolvimento econômico nos países da periferia capitalista. Ao contrário deles, o autor considerava que o empresariado nacional não poderia liderar uma revolução burguesa<sup>15</sup>. Para sustentar esta afirmação, Cardoso (1970a) põe o foco sobre a relação entre o desenvolvimento e o processo de expansão do sistema capitalista mundial, incluindo suas condições políticas. Neste ponto sua própria definição de dependência ganha relevância teórica ao ser concebida como a conexão entre componentes estruturais internos e externos<sup>16</sup> (CARDOSO, 1970a; CARDOSO E FALETTO, 2007). Desta forma, as mudanças ocorridas no centro capitalista encontram expressão concreta em outras mudanças na periferia, sendo a dependência a expressão política na periferia do modo de produção capitalista na sua fase de expansão internacional<sup>17</sup>. A principal característica do capitalismo dependente é a internacionalização do mercado interno que implicou a vinculação das principais empresas nacionais com o sistema internacional de produção.

Entretanto segundo Cardoso, não todas as empresas nacionais se vincularam com o sistema internacional de produção, reconhecendo assim a heterogeneidade da burguesia nacional ao identificar, de forma esquemática, dois setores de empresários. Esta heterogeneidade da burguesia industrial brasileira estaria dada pela existência de dois grupos diferenciados segundo seus valores políticos: um grupo de empresários tradicionais e um grupo de empresários modernos<sup>18</sup>. O primeiro deles, é caracterizado como favorável às políticas populistas, é dizer, com os valores políticos do nacional-desenvolvimentismo. Neste sentido, Cardoso afirma que os industriais que podem ser qualificados como “*representantes de uma ideologia nacional-popular, são precisamente os que tendem a controlar os setores industriais tradicionais de baixa tecnologia e dependem de um mercado de consumo de massas*” (CARDOSO, 1970b, p. 68) e,

---

<sup>15</sup> Neste sentido, Avena Prone (2010) afirma que, segundo Cardoso, “*A burguesia industrial, de formação recente à época, não teria se constituído como classe, gerando certa disfunção para cumprir seu papel de construtora de um capitalismo moderno*” (AVENA PRONE, 2010, p. 11).

<sup>16</sup> Em Cardoso (1970a) o foco de análise da periferia está colocado sobre a dinâmica da relação entre as classes sociais no nível interno das nações, onde os condicionantes externos “*reaparecem inscritos estruturalmente tanto na articulação da economia, das classes e do estado com as economias centrais e com as potências dominantes, como na articulação dessas mesmas classes e no tipo de organização econômica e política que prevalece no interior de cada situação de dependência*” (CARDOSO, 1970a, p. 29). Assim, “*a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto particular da dinâmica mais geral do mundo capitalista*” (CARDOSO, 1970a, p. 30).

<sup>17</sup> A diferença de outros teóricos da dependência, Cardoso (1970a) considera que não se pode falar de uma teoria da dependência, mas sim de situações de dependência propondo identificar as formações sociais específicas com ênfase na história, evitando construir modelos teóricos abstratos.

<sup>18</sup> Cardoso (1970b) reconhece a existência de um terceiro “*grupo de orientação predominantemente econômica e apolítica*” (CARDOSO, 1970b, p. 68).

portanto, são mais favoráveis às alianças com os trabalhadores. Este setor não tem uma visão de tipo moderno e apoia medidas não adaptadas às novas condições sociais da produção.

O setor de empresários modernos<sup>19</sup>, pelo contrário, se encontra internacionalizado –pelo processo de internacionalização do mercado interno– e é menos favorável a uma aliança com os trabalhadores já que orienta sua produção ao consumo moderno. Neste ponto, segundo Cardoso, “*a esse setor industrial interessa, mais que a incorporação de novos grupos ao mercado, a intensificação exponencial da capacidade de compra de classes sociais já integradas*” (CARDOSO, 1970b, p. 68). Ademais, este setor se caracteriza por uma atitude inovadora e um interesse maior na incorporação de tecnologia no processo de produção.

O centro do argumento é que dessas distintas estratégias empresariais derivam-se projetos econômicos diferentes. No primeiro caso, o projeto nacional-desenvolvimentista dos empresários nacionais, que já na década de 1960 se tornara esgotado. Por outro lado, o projeto de integração nacional subordinada. Em outras palavras, o desenvolvimento dependente e associado ou a interdependência, são as formas que o projeto do desenvolvimento dos países latino-americanos assumem para alcançar a inserção na economia capitalista mundial. A chave para superar o atraso da economia brasileira está na aliança do empresariado local com os capitais externos, ou seja, no desenvolvimento dependente e associado.

Outro aspecto relevante na conceitualização de Cardoso é a distinção entre relações econômicas – aquelas referentes à inserção na estrutura econômica que já foram mencionadas– e as relações políticas. Com relação a estas últimas, o autor afirma que “*a burguesia industrial desenvolve ao nível das relações de poder (...) uma reação adaptativa*” (CARDOSO, 1970b, p. 64) concluindo que os setores industriais não precisam do controle do poder, senão que definem sua vocação no plano econômico. Por isso é que Cardoso afirma que na nova situação de dependência não há possibilidade de um projeto de hegemonia nacional<sup>20</sup> a ser considerado pela burguesia industrial devido a que ela só desenvolve uma ideologia favorável a reações adaptativas.

Na situação de dependência, a tese de Cardoso (1970b) é que existe uma associação entre o setor externo de produção – o setor industrial de alta concentração de capital sob a forma de inversão tecnológica– e a dependência estrutural<sup>21</sup> do exterior. A partir dessa leitura, afirma que

---

<sup>19</sup> Cardoso (1970b) afirma que este setor é de empresários da nação, mas não de empresários nacionais, concluindo que na nova fase da dependência não existe uma burguesia local disposta a fazer uma aliança com os setores populares devido às mudanças da situação global.

<sup>20</sup> Num texto feito em conjunto com José Serra, Cardoso afirma que antes do golpe de 1964 a burguesia industrial já havia optado decididamente por renunciar à sua pretensão de atingir a hegemonia no plano político, satisfeita com ser o sócio menor do capitalismo ocidental (CARDOSO E SERRA, 1978). Entretanto, para Martins (1968), de centro dinâmico de decisões, a burguesia industrial passa a constituir apenas um grupo de pressão na sociedade.

<sup>21</sup> Cardoso (1970b) diferencia o conceito de dependência estrutural –a vinculação da economia interna com o modo de produção internacional, distinguindo as empresas que pertencem e não ao setor internacionalizado da economia nacional– da noção de dependência externa –utilizada pelos economistas que concebem uma distinção entre um setor

“o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes” (CARDOSO, 1976, p. 283). Assim, Cardoso afirma que existe um processo de dependência e desenvolvimento capitalista que dará lugar a uma nova hegemonia articulando os interesses das empresas estatais – o tecnocratismo civil e militar–, das multinacionais e das nacionais a elas associadas (WAGNER E PEREIRA DA SILVA, 2013).

Em síntese, a nova fase da dependência permitiria superar o atraso brasileiro, expressando assim as possibilidades do desenvolvimento no contexto de uma relação de dependência. A ideia de dependência deveria ser substituída pela noção de interdependência: de tal modo, Cardoso, defendeu a teoria da interdependência e do desenvolvimento associado ao capital internacional.

Devido a tais afirmações, diferentes autores defendem que Cardoso representa a perspectiva de uma fração da burguesia associada (WAGNER E PEREIRA DA SILVA, 2013) e que seu papel de intelectual foi garantir as condições que permitiram a essa fração atingir a hegemonia (SADER, 2005).

## **Ruy Mauro Marini**

Ruy Mauro Marini, talvez seja a principal referência da teoria da dependência na corrente marxista no Brasil. Diante do fracasso do projeto desenvolvimentista ao começo da década de 1960, Marini propõe uma teoria da dependência baseada no método marxista e dialético. No seu livro *Dialética da dependência* (1991) enfatiza a exploração da periferia pelo centro desenvolvido. Ao rejeitar a interpretação nacional-burguesa, sua preocupação era mostrar a responsabilidade das elites locais dependentes pelo subdesenvolvimento. Da mesma forma que as outras interpretações da dependência<sup>22</sup>, embora por razões diferentes, negava a existência de uma burguesia industrial com interesses nacionais no Brasil<sup>23</sup>.

---

nacional e um setor estrangeiro.

<sup>22</sup> Segundo Martins (2013), a teoria da dependência mantém a tese da burguesia latino-americana e sua associação com o imperialismo, ao mesmo tempo que propõe que esse vínculo conduz ao desenvolvimento das forças produtivas e à hegemonia da fração industrial sobre a fração agrária do capital. Mas, por outro lado, os teóricos da dependência divergem sobre as tendências do capitalismo dependente no que se refere ao papel do capital estrangeiro, do mercado interno e pelas formas políticas emergentes. Entre os intelectuais da teoria da dependência podem-se encontrar Theotonio dos Santos, Bambirra Vânia e André Gunder Frank.

<sup>23</sup> Com respeito à burguesia, Marini afirma que “*La noción de una ‘burguesía nacional’ (...) no resiste, a su vez, el menor análisis. No se trata solamente de señalar que los intereses primarios de esos sectores burgueses son los de cualquier burguesía, es decir, la preservación del sistema contra toda amenaza proletaria, como lo demostró su respaldo al golpe militar de 1964. Trátase, principalmente, de ver que la actuación política de la llamada ‘burguesía*

Para Marini, a CEPAL estabeleceu um esquema explicativo para o subdesenvolvimento que o considerava uma etapa prévia ao desenvolvimento, de acordo com a intenção da ONU de justificar as disparidades entre países. Mas, por outro lado, distanciou-se dessa intenção ao considerar o subdesenvolvimento como resultado das transferências de valor realizadas no plano das relações econômicas internacionais. Interessa ressaltar que para Marini a CEPAL “preconizava uma política de industrialização assegurada por um mercado protecionismo estatal” (MARINI, 2011a, p. 214)(MARINI, 2011a). Marini assinala que a teoria cepalina entrou em crise a princípios da década de 1960 devido às crises econômicas que derivaram das ditaduras militares na região latino-americana. Diante da “desnacionalização das economias”, produto da própria dinâmica do mercado mundial, se constituiu a teoria da dependência. Em suas próprias palavras Marini afirma que:

Desenvolvimento e dependência, tanto para a CEPAL quanto para a teoria da dependência, eram questões ligadas à elevação do nível de vida das maiorias, à defesa da democracia e das liberdades cidadãs e à luta pela soberania nacional. As ideias que tomaram seu lugar preocupam-se principalmente com a competitividade empresarial, com a liberdade de ação dos capitais privados e com a subordinação a algum dos blocos econômicos que estão construindo os grandes centros imperialistas (MARINI, 2011a, p. 214).

No outro trabalho, Marini afirma que as posições nacional-desenvolvimentistas entenderam a revolução brasileira “como el proceso de modernización de las estructuras económicas del país, principalmente, a través de la industrialización” e da “participación de las masas en la vida política” (MARINI, 1969, p. 89) que se estenderia de 1930 até 1964. Assim, esta caracterização da revolução brasileira descansa sobre uma interpretação democrático-burguesa, na qual o antagonismo principal é o par nação-imperialismo, e propõe a ideia de uma frente única formada pela burguesia e pelo proletariado, em oposição ao latifúndio e ao imperialismo. Por isso, apesar dos acontecimentos da década de sessenta, os partidários desta leitura acreditam no restabelecimento de uma frente comum burguês-proletária<sup>24</sup>, caracterizando à burguesia como “desenvolvimentista, anti-imperialista e antifeudal” (MARINI, 1969, p. 10).

A teoria de Marini se centra em três conceitos: a super-exploração, o sub-imperialismo e a dependência. Por dependência Marini entende à “(...) relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada” (TRASPADINI E STEDILE, 2011, p. 32) ou, de forma mais sintética, “a dependência é a relação de subordinação entre nações formalmente dependentes” (MARINI, 2011b, p. 134).

---

nacional’ expresa su rezago económico y tecnológico y corresponde a una posición reaccionaria, aun en relación al desarrollo capitalista.” (MARINI, 1969, p. 117).

<sup>24</sup> Segundo Marini, aquela aliança era possível porque “la burguesía abría perspectivas de empleo y de elevación del nivel de vida a la clase obrera y a las clases medias urbanas, creado así una zona de intereses comunes que tendían a expresarse políticamente en un comportamiento homogéneo” (MARINI, 1969, p. 32).

Assim entendida, a dependência é um aspecto da reprodução do capitalismo na esfera internacional, sendo o subdesenvolvimento e o desenvolvimento dois processos complementares dessa reprodução. Em termos históricos, o papel subordinado da América Latina no mercado mundial foi fundamental na formação da economia capitalista global desde a colonização.

Com relação aos atores, o autor considerava que a desigualdade na participação do capitalismo mundial traduzia-se numa desigualdade entre os detentores do capital: a burguesia internacional e a burguesia local. A super-exploração, outro termo chave na teoria de Marini, “*é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo*” (TRASPADINI E STEDILE, 2011, p. 33).

Com conceitos próprios da teoria marxista, afirma que com a plena incorporação de América Latina no mercado mundial a acumulação na economia industrial dos países desenvolvidos se baseia no aumento da mais-valia relativa, isto é, no aumento de produtividade em lugar da exploração do trabalhador. Assim, nos países desenvolvidos a inovação tecnológica seria o fator que marcaria o ritmo da acumulação de capital, ao aumentar a produtividade do trabalho. Em contraposição, a produção latino-americana se fundamenta na exploração do trabalhador, ou seja, na mais-valia absoluta. A síntese do argumento é que diante da troca desigual entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a perda de renda dos países subdesenvolvidos, gerada pelo comércio internacional, é compensada por uma maior exploração do fator trabalho, um mecanismo que opera no nível da produção interna. Vale recordar que, a partir da perspectiva marxista sobre o valor trabalho, a mais-valia se extrai sempre no nível da produção. Diante da troca desigual no nível de comercialização internacional, o que implica um desequilíbrio entre os preços e o valor das mercadorias exportadas pelos países dependentes, a reação destas economias é compensar as perdas no plano da produção interna. Nesta acumulação baseada na super-exploração do trabalhador Marini identificou a “*essência da dependência latino-americana*” e considerou que “*a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização*” (MARINI, 2011b, p. 155). Isto se deve ao fato de que nas economias dependentes a esfera da produção está separada da esfera da circulação: o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, pelo qual uma maior exploração não entra em contradição com a acumulação de capital. Neste ponto encontra-se a diferença fundamental com as economias desenvolvidas onde as duas esferas se encontram integradas, sendo o consumo dos trabalhadores um fator central na criação da demanda, contribuindo à realização da produção.

Outra característica dessa dependência reside na diferenciação da orientação do consumo entre as classes: o setor assalariado consome a produção do mercado interno, enquanto as esferas

altas consomem produtos externos conseguidos através do comércio importador<sup>25</sup>. Em outras palavras, na economia industrial dependente a acumulação de capital está fundamentada na super-exploração do trabalho e o consumo da classe trabalhadora não é necessário na realização da produção, já que esta se realiza a partir do comércio de exportação. No entanto, a certa altura do processo, que podemos situar na crise do nacional-desenvolvimentismo, a economia industrial dependente precisa da ampliação do consumo das camadas médias, fator chave para realizar a produção de manufaturas. Para isso é preciso elevar a produtividade do trabalho a partir da tecnologia estrangeira: isto é, a entrada de capitais estrangeiros através de investimentos diretos na economia dependente.

A tese de Marini neste ponto é que:

(...) a industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (...) sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas. (MARINI, 2011b, p. 167).

Assim, na década de sessenta as economias periféricas transitaram para a integração imperialista dos sistemas de produção, produto do novo esquema de divisão internacional do trabalho e dos condicionamentos impostos pelo setor externo (MARINI, 1969). Do ponto de vista das alianças de classes, a burguesia industrial aliou-se às antigas classes dominantes, divorciando-se das aspirações das massas e renunciando à possibilidade de manter com elas uma aliança tática. Nesse sentido, Marini afirma que “*la burguesía industrial latinoamericana evoluciona de la idea de un desarrollo autónomo hacia una integración efectiva con los capitales imperialistas y da lugar a un nuevo tipo de dependencia*” (MARINI, 1969, p. 19) caracterizado pela integração e desnacionalização da burguesia local. Foi este abandono à aspiração de um desenvolvimento capitalista autônomo o que levou à implantação de ditaduras tecnocrático-militares. No caso do Brasil, o modelo implantado durante o governo militar não representava o interesse geral da classe burguesa, senão somente de sua capa superior que se consolidava a partir da concentração e centralização de capital. De fato, as frações médias e pequenas da burguesia foram prejudicadas já que a queda do mercado interno –pelo enfraquecimento do poder de compra da classe trabalhadora– produziu a quebra ou a absorção de suas empresas por grupos mais fortes (MARINI, 1969).

Essa concentração econômica que se produz na década de sessenta “*beneficia, por*

---

<sup>25</sup> Este é um ponto presente em vários autores brasileiros. Por um lado, a tese do consumo das elites de Furtado sustenta que os problemas no balanço de pagamentos devem-se, em parte, às importações para realizar esse consumo. Por outro lado, Caio Prado Jr. afirma que a produção interna não cria uma classe trabalhadora-consumidora senão que está orientada ao consumo das capas altas da sociedade. Interessa destacar que a questão da cultura do consumo como fator explicativo está presente, embora de forma diferente, nesses autores.

*supuesto, a los grupos extranjeros, pero también a la gran burguesía nacional*” (MARINI, 1969, p. 64). Nessa nova situação de dependência, a burguesia brasileira *“aceptó el papel de socio menor en su alianza con los capitales extranjeros”* (MARINI, 1969, p. 65). Desse diagnóstico deriva a categoria de sub-imperialismo que implica, ademais da superexploração do trabalho, a integração do capital nacional ao internacional –integração dos sistemas de produção– e ampliação do capital financeiro sobre o capital produtivo.

A esta altura, fica claro que a proposta de Marini para superar a dependência não reside na associação com o capital estrangeiro, como constatava Cardoso<sup>26</sup>. Como contrapartida, o autor afirma que a integração regional é fundamental para *“ter o peso suficiente para influir nas decisões internacionais”* e que *“os projetos estritamente nacionais parecem já não ter aceitação, sendo menester buscar a constituição de entidades mais poderosas”* (MARINI, 2011a, p. 216).

Em síntese, para Marini a integração latino-americana era a alternativa adequada para superar a dependência frente ao centro imperial.

## **Considerações finais**

Considerando que a caracterização da sociedade brasileira é fundamental nos estudos da formação histórica do país, neste artigo foram abordadas as interpretações sobre um setor da estrutura social que é a burguesia nacional<sup>27</sup>, permitindo que essa seja entendida como classe ou como grupo social de empresários, com interesses homogêneos ou heterogêneos, ligada ao capital internacional e aos interesses imperialistas ou com vocação na construção de uma nação independente.

Reconhecendo que os estudos da burguesia são uma constante na bibliografia das ciências sociais e um tópico presente nos debates políticos até a atualidade, o objetivo deste artigo foi abordar a forma como esse objeto de estudo é tratado, com o objetivo de reconhecer suas linhas interpretativas<sup>28</sup>.

O percurso consistiu em selecionar as produções de quatro autores brasileiros, entre as décadas de 1930 e 1970, nas quais podem-se encontrar caracterizações sobre a burguesia nacional. O propósito foi identificar os esquemas argumentativos acerca deste ator específico.

Nas páginas precedentes apresentei os principais pontos do pensamento dos autores em

---

<sup>26</sup> Para uma recuperação recente do debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, ver Tatiana (2010) e Correa Prado (2013).

<sup>27</sup> A maneira de caracterizar a burguesia foi o foco deste artigo. Uso o termo burguesia nacional para referir-me à burguesia local ou doméstica, ou seja, de capital nacional. Não considero que a burguesia nacional tenha um interesse nacional, em tanto ela orienta seus interesses e ações à acumulação de capital, o que permite sua reprodução como classe.

<sup>28</sup> Reconhece-se a dimensão histórica do pensamento, o seja, o vínculo entre ideias e história. Porém, se recorreu à história intelectual, reconhecendo seus vínculos com a história econômica e história política, embora não se haja aprofundado nelas. O centro está posto sobre a posição dos autores e correntes teóricas sobre a burguesia nacional.

relação à burguesia nacional, fazendo referência a outros aspectos centrais de suas teorias. A seguir, retomo as principais ideias com o propósito de esclarecer as posições dos autores sobre a burguesia nacional e de verificar como a partir delas é possível distinguir três correntes.

Celso Furtado, num primeiro momento, reconhecia a inexistência da burguesia nacional ou considerava a ausência de um espírito empresarial no Brasil, mas acreditava na possibilidade de sua formação como meio para superar o subdesenvolvimento. Logo, assumindo a perspectiva nacional-dependente, reconheceu o caráter dependente das elites locais, mas confiava na possibilidade de uma burguesia industrial capaz de se identificar com os interesses da nação. Neste sentido, o autor sustenta que é possível superar a dependência se a burguesia industrial se guia pelos interesses nacionais, mas a questão de um interesse nacional homogêneo em contraposição aos interesses estrangeiros era mais um desejo que uma realidade. Neste ponto, é preciso considerar que a nação é uma generalidade concreta que permite imputar o interesse geral ao Estado (O'DONNELL, 1978). Em outras palavras, a ideia de um interesse nacional, na perspectiva de Furtado, implicaria a renúncia dos interesses particulares dos setores sociais; neste caso, a pretensão de que a burguesia industrial teria um interesse comum com a sociedade em seu conjunto. Em termos históricos, a aliança da burguesia industrial com a classe trabalhadora funcionou devido à dinâmica do modelo de acumulação baseado na substituição de importações. Quando esse modelo entrou em crise, como consequência das mudanças no mercado mundial, um setor da burguesia nacional já não precisava de um extenso mercado interno para realizar sua produção. Esta afirmação pode ser aplicada para a classe em seu conjunto sem negar a existência de antagonismos entre os capitalistas individuais e os conflitos entre distintos setores econômicos.

Diferente de Furtado, Florestan Fernandes afirma que a impossibilidade do desenvolvimento capitalista independente esteve dada pela ausência de revoluções burguesas no país, devido à fragilidade da burguesia local. Além disso, a principal característica da burguesia brasileira é sua inserção no modelo de acumulação baseado no comércio importador. Em sua perspectiva, a luta de classes tem mais presença, já que afirma que a burguesia nacional não é progressista e se contrapõe aos setores populares uma vez que está subordinada às empresas transnacionais. Mas assinala que essa subordinação não lhe impede de controlar a maquinaria burocrática do Estado. Como consequência, é o proletariado quem tem que liderar o processo de mudanças capitalistas com o objetivo conjuntural de chegar a um capitalismo moderno. Mesmo que defendesse que a burguesia nacional não seria capaz de conduzir o processo de modernização e considerasse que o nacionalismo não seria a saída para superar o subdesenvolvimento, os acontecimentos mostraram a capacidade dessa burguesia de se reproduzir e de preservar a ordem.

Fernando Henrique Cardoso ocupou-se de estudar a mentalidade do empresariado industrial desde uma perspectiva weberiana e schumpeteriana. Para o autor, a burguesia nacional

não contava com um projeto de classe próprio e diferenciava os setores empresários segundo seus valores políticos. A questão principal para ele –comum à maioria dos autores da época– era como superar o atraso do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, propôs a figura do desenvolvimento associado e dependente como o meio para alcançar a modernização do capitalismo nacional e como forma de inserção do país no mercado mundial. Sua proposta não implica, como ocorreu com os autores anteriores, em conseguir superar a dependência ou encaminhar o país à revolução socialista, mas sim de superar o atraso brasileiro a partir do aprofundamento da dependência com o capital estrangeiro.

Desde uma perspectiva marxista e incorporando a linguagem da dependência, Ruy Mauro Marini considerava que a burguesia nacional não tinha interesses antagônicos com o imperialismo e lhe responsabilizava pelo subdesenvolvimento do Brasil. Sua conceitualização centra-se no processo de acumulação de capital que não precisava do mercado interno para sua realização, senão do comércio exportador. Quando o modelo substitutivo apresentou limites na acumulação, a industrialização necessitou do capital estrangeiro para aumentar a produtividade. Ao mesmo tempo, a dependência se aprofundou devido ao fato de que, apesar da incorporação de tecnologia nas indústrias dos países periféricos, o centro imperial sustentou sua condição de superioridade devido a que se encontrava numa fase superior do desenvolvimento das forças produtivas.

Destas diferentes caracterizações da burguesia nacional, podem ser extraídas as seguintes conclusões. Em primeiro lugar, a identificação da burguesia industrial com interesses nacionais opostos aos interesses estrangeiros –afirmação presente na CEPAL e nos primeiros textos de Celso Furtado– e a possibilidade de uma aliança com a classe trabalhadora mostrou suas limitações quando o modelo de substituição de importações entrou em crise.

Em segundo lugar, a burguesia foi considerada o ator chave para superar o subdesenvolvimento já não através de uma aliança com as classes trabalhadoras, mas sim com os capitais estrangeiros. Este é o caso de Fernando Henrique Cardoso, que diferenciava o empresariado entre um grupo tradicional e um grupo moderno, onde este último conduziria o processo de modernização, limitando o Estado a ser fonte de financiamento.

Em terceiro, a burguesia nacional subordinada aos interesses estrangeiros, oposta à classe trabalhadora é, portanto, sem interesse nacional. Aqui encontra-se Florestan Fernandes e a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini.

Com base nessas considerações, as interpretações da burguesia no Brasil podem ser classificadas em três correntes. Em primeiro lugar, a posição nacional-desenvolvimentista que propunha uma estratégia de industrialização planejada, o que implicava a participação estatal na esfera econômica, onde pode ser levada em conta a classificação das vertentes do desenvolvimentismo de Bielschowsky (2000): o nacional-desenvolvimentismo corresponde ao

setor público nacionalista onde se podem localizar a CEPAL e Celso Furtado.

Em segundo lugar, a posição dependente e associada ou a interdependência –como propõe Traspadini (2014)– da qual Fernando Henrique Cardoso é seu principal referencial. Ao contrário de Furtado, o autor não põe o Estado como o agente dinamizador, pode-se afirmar que se trata de uma corrente que privilegia a aliança do setor privado com o capital estrangeiro. No contexto do esgotamento do modelo substitutivo, classificou os empresários em dois grupos: os tradicionais – dependentes desse Estado intervencionista– e os modernos –os quais deveriam entrar em parceria já não com o Estado, senão com o capital estrangeiro.

Por último, encontra-se a posição marxista ou socialista, para a qual o principal agente para modernizar o país não é a burguesia nacional nem as classes médias produtivas senão o proletariado. Critica fortemente ao nacional-desenvolvimentismo como via para superar o atraso brasileiro esta corrente pensou na revolução burguesa como o passo prévio à revolução socialista, isso quer dizer que em seus objetivos afasta-se das outras duas teorias. Os autores que podem ser localizados nesta corrente, embora com as diferenças que já foram mencionadas, são Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini.

A partir desta análise, podemos afirmar que os autores abordados neste artigo, apesar de suas diferenças, consideravam que a burguesia tinha um papel relevante na história do Brasil, sendo uns dos fatores explicativos do subdesenvolvimento ou uma das chaves para superá-lo.

Na atualidade, um conjunto de autores se remete à bibliografia analisada neste artigo como ponto de partida para compreender as transformações contemporâneas. No começo do artigo, assumi como pressuposto que as caracterizações da burguesia estão vinculadas aos modelos econômicos e às coalizões de poder político (HERNÁNDEZ LÓPEZ, 2005; SUNKEL, 2013). Portanto, para uma análise deste ator social na atualidade, é preciso referir-se às transformações dos modelos de acumulação de capital e seu impacto nas formações nacionais. Nesse sentido, em uma análise deste tipo devem ser contemplados os fatores exógenos e endógenos de tais transformações. Sem pretensões de exaustividade, entre os primeiros, estão as mudanças no mercado mundial e o processo de globalização<sup>29</sup> iniciado na década de setenta do século passado. Com relação aos fatores endógenos, é preciso referir-se, entre outros, às ditaduras institucionais das forças armadas nos países latino-americanos e às transformações nos modelos de acumulação de capital, incluindo a fase de transnacionalização que experimentaram os países da região, sem negar suas diferenças.

No que diz respeito às correntes teóricas, num sentido geral, a **perspectiva**

---

<sup>29</sup> Boschi (2013) sustenta que, para compreender as transformações político-institucionais, é necessário ter em conta as variáveis externas como fatores influentes sobre os processos endógenos. Assim, a globalização impacta sobre os Estados nacionais, embora as políticas públicas são o resultado da articulação entre os atores e interesses no nível interno.

**desenvolvimentista** foi revitalizada no começo deste século, no contexto das transformações políticas e econômicas dos países da região. Diante de tais transformações, surgiu o termo novo-desenvolvimentismo<sup>30</sup> para caracterizar os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Segundo esta perspectiva, o empresariado local, junto aos assalariados, tiveram um papel central no desenvolvimento econômico desse período. O mito da burguesia nacional ressurgia e, com ele, a ilusão de empresários inovadores que conduziriam as transformações econômicas.

Num sentido similar, recorrendo ao conceito de neocorporativismo, Gaitan e Boschi (GAITÁN E BOSCHI, 2015) sustentam que os governos pós-neoliberais da Argentina e do Brasil tentaram articular uma aliança incluindo a burguesia produtiva e os trabalhadores organizados, com o objetivo de aumentar a demanda agregada e o investimento privado com foco no mercado interno. O limite desta coalizão se encontraria, entre outros fatores, na vocação pouco schumpeteriana do empresariado. Em outras palavras, segundo esses autores, para fomentar o desenvolvimento econômico é necessário fortalecer os atores envolvidos na produção nacional.

Outros autores afirmam que os governos petistas foram afetados pela disputa interna entre duas coalizões de forças sociais com programas econômicos contrapostos: de um lado, a coalizão rentista -liderada pelo empresariado financeiro- e, no polo oposto, a coalizão produtivista -capitaneada pelos empresários industriais locais (BRESSER-PEREIRA, 2014; IANONI, 2016; SINGER, 2012). Assim, a disputa pela hegemonia da condução econômica entre essas duas frações do capital -banqueiros e industriais- teria sua correspondência nas concepções neoliberais e neodesenvolvimentistas, respectivamente (VACCARI, 2016).

Nesta perspectiva inscreve-se Singer (SINGER, 2015), que propõe usar a expressão ‘ensaio desenvolvimentista’ para caracterizar o período político correspondente à ‘nova matriz econômica’<sup>31</sup>, a política econômica implementada durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Nesse texto, Singer aponta as razões da dissolução da coalizão produtivista e da consequente formação de uma frente única burguesa antidesenvolvimentista, entendida esta como a unidade das frações do capital<sup>32</sup>. Entre as razões que produziram o afastamento dos industriais do governo de Rousseff, aponta que “*cresceu entre eles a ideia de que se tratava de mandato*

---

<sup>30</sup> Para uma reflexão sobre os conceitos desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo, ver Rollemberg Mollo e Dutra Fonseca (2013), Boito Jr. (2012b) e Cepêda (2012). Outra interpretação pode ser encontrada em Bresser-Pereira (2010). Para uma visão crítica sobre a utilização deste termo, ver Castelo (2013), Sampaio Jr. (2012) e Oliveira, Braga e Rizek (2010).

<sup>31</sup> Esta última expressão é tomada de Guido Mantega (2012), Ministro da Fazenda, que, na realidade, estava referindo-se às medidas anticíclicas adotadas e não a uma nova situação da estrutura de produção nacional, nem da inserção da economia nacional no mercado mundial, nem de um novo modelo de acumulação, nem de um objetivo de transformação. Portanto, considero que teria sido mais apropriado falar de *nova matriz de política econômica* e não de matriz econômica.

<sup>32</sup> Se bem parte da afirmação da existência de um setor produtivista e um setor rentista, atenua a distinção, ao afirmar que “*na realidade contemporânea, a variedade de interesses do capital pode estar mais misturada do que antes*” (SINGER, 2015, p. 64), implicando a diluição das fronteiras entre os dois setores. Com base nessa reflexão, propõe usar o termo ‘contínuo fracionado’ para pensar os interesses capitalistas que estariam fracionados, mas interligados.

*'intervencionista', que inviabilizava os investimentos e não criava confiança. O irônico é que a intervenção, que de fato houve, visava atender aos próprios industriais.*" (SINGER, 2015, p. 59)<sup>33</sup>. Esse afastamento é conceituado a partir da noção de movimento pendular da burguesia, o que significa que ela se afasta da classe trabalhadora para aliar-se aos interesses transnacionais.

Desde uma perspectiva marxista, apoiando-se no instrumental teórico de Poulantzas (1969), Boito Jr. (2007) propõe analisar as transformações contemporâneas a partir do conceito de bloco no poder, integrado por distintas frações de capital. No que diz respeito à grande burguesia local, sustenta que, se bem o setor financeiro e bancário se encontram consolidados, o capital produtivo ligado ao mercado interno fortaleceu sua posição durante a primeira década deste século<sup>34</sup>. Este tipo de abordagens contempla a heterogeneidade da burguesia local com o objetivo de dar conta das disputas pela acumulação de capital, segundo a inserção das distintas frações na estrutura econômica. Seria a grande burguesia interna a força dirigente da frente neodesenvolvimentista<sup>35</sup> que defende a proteção do Estado diante da concorrência com o capital estrangeiro, mas não é uma força social nacionalista ou anti-imperialista. Ou seja, a contradição principal<sup>36</sup> do capital é entre a grande burguesia interna diante da burguesia compradora e do capital financeiro internacional. Essa contradição explica-se a partir da posição diante o imperialismo: enquanto a burguesia compradora promove a expansão do imperialismo, a grande burguesia interna procura impor limites a essa expansão (BOITO JR., 2012a, p. 75).

Mas também há contradições no interior da grande burguesia interna: entre o capital bancário e o capital produtivo, entre a indústria de transformação e o agronegócio, e entre seções regionais dessa fração (BOITO JR., 2012b). Assim, segundo o autor, há uma contradição principal -a grande burguesia interna diante do capital financeiro internacional- e contradições secundárias -ao interior da grande burguesia interna (BOITO JR., 2012a).

---

<sup>33</sup> Assim expressado, Singer afirma que os industriais se afastaram do governo pela percepção da orientação política que ele tomava e imputa aos industriais um tipo de ação política que pareceria irracional, pelo fato de que a intervenção do governo os beneficiava. Em outra passagem afirma que "*A política monetária e fiscal contracionista, junto com a profunda desconfiança da burguesia, anulava as tentativas da nova matriz de elevar o investimento*" (SINGER, 2015, p. 56). Em outras palavras, para Singer não há investimento não só pela política econômica senão também pela desconfiança da burguesia. Se bem Singer está descrevendo o movimento pendular da burguesia, a ênfase desse movimento não está no limite na acumulação de capital, senão na percepção da burguesia sobre a orientação do Estado.

<sup>34</sup> De fato, segundo Boito Jr., a grande burguesia interna é a força social que mais se beneficiou com a política neodesenvolvimentista.

<sup>35</sup> Segundo o autor, a grande burguesia interna integrou uma frente –não uma aliança– com o movimento sindical e popular para opor-se à grande burguesia compradora e ao capital financeiro internacional. O autor justifica a utilização do prefixo *neo* a partir da identificação das diferenças com o velho desenvolvimentismo presente no período 1930-1980, considerando que "*o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal*" (BOITO JR., 2012b, p. 6), isto é, o "*desenvolvimento possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico*" (BOITO JR., 2012a, p. 69).

<sup>36</sup> Neste ponto reside a principal diferença entre Singer (2015) e Boito Jr. (2007, 2012a, 2012b). Enquanto o primeiro considera que a contradição principal é entre capital produtivo e capital rentista, o segundo considera que é entre a grande burguesia interna e o capital financeiro internacional. Embora ambos autores assinalam as duas contradições, o lugar que lhe dão na explicação do período é diferente.

Outros autores propõem **recuperar as teses da dependência**<sup>37</sup>, considerando que se bem foi abandonada na década de oitenta como consequência da instauração de um novo projeto político e ideológico, persiste a dependência como situação histórica de subordinação das economias latino-americanas com relação às centrais. Assim, Hernández López (2005) sustenta a vigência das teses dependentistas e seu potencial explicativo para o estudo dos países da região.

Desde outra perspectiva, Sampaio Jr. (2012) também analisa as diferenças entre o velho desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo. Para o autor, a expressão máxima do desenvolvimentismo está associada aos trabalhos de Raul Prebisch e Celso Furtado, que consideravam que o subdesenvolvimento capitalista poderia ser superado pela vontade política nacional que se integra o conjunto da população<sup>38</sup>. Nesse sentido, afirma que “*Sem a presença de burguesias nacionais capazes de enfrentar os interesses externos e internos comprometidos com a reprodução da situação de dependência e subdesenvolvimento, a concepção “desenvolvimentista” pereceria, pois não teria como se converter em força real*” (SAMPAIO JR., 2012, p. 675). Mas, segundo Sampaio Jr, o ciclo latino-americano de golpes militares iniciado no Brasil em 1964 e encerrado no Chile em 1973<sup>39</sup> implicou a adoção da contrarrevolução permanente. Nesse novo período produziu-se uma ressignificação do conceito desenvolvimentismo com o texto clássico de Cardoso e Faletto (2007), e as contribuições de Maria da Conceição Tavares e José Serra.

Para o autor, o ciclo do neodesenvolvimentismo iniciou-se na segunda metade dos anos 2000 e está relacionada às duas frações que disputam o controle da política econômica brasileira. De um lado, a fração monetarista vinculada ao neoliberalismo; de outro, a fração desenvolvimentista caracterizada como o braço esquerdo da ordem. Nesse sentido, o neodesenvolvimentismo apresenta-se como a terceira via, pretendendo conciliar os aspetos positivos do neoliberalismo e do velho desenvolvimentismo. Assim, o neodesenvolvimentismo enquadra-se na perspectiva neoliberal, confundindo desenvolvimento com crescimento e contribuindo com a reprodução do *status quo*.

Segundo Sampaio Jr., a contradição principal está entre os interesses burgueses externos e internos, e só se eles forem enfrentados, é possível abrir o caminho para o desenvolvimento. Ademais, considera que, se se quer resgatar a tradição crítica do pensamento latino-americano, é preciso superar a ilusão de uma solução burguesa como o meio para transcender o subdesenvolvimentismo e a dependência.

---

<sup>37</sup> Para uma análise crítica da recuperação da teoria da dependência, ver Correa Prado (2013), que defende a tese de um pensamento único sobre o tema –centrado na perspectiva de Fernando Henrique Cardoso– que excluiu as contribuições do marxismo.

<sup>38</sup> Anteriormente assinala a ideia de interesse geral presente em Furtado.

<sup>39</sup> Não fica claro o porquê de Sampaio Jr. situar em Chile o último golpe militar, quando na Argentina houve um golpe em 1976.

Em síntese, a burguesia nacional, interna ou local, é um ator que continua sendo caracterizado de diversas formas, evidenciando a importância que tem nas análises da formação histórica brasileira. Partindo da identificação de frações de classe, alguns autores enfatizam a contradição de interesses internos e externos –Sampaio, Boito Jr–, enquanto outros a contradição entre o setor produtivo e o setor financeiro –Singer, Bresser-Pereira, Ianoni–. Outros autores recorrem ao conceito de neocorporativismo para explicar as coalizões políticas, o tipo de Estado e uma política econômica baseada no mercado interno –Gaitán e Boschi–. Por último, outra linha de pesquisa se propôs recuperar as teses da dependência, considerando que seu instrumental analítico é útil para a compreensão da realidade contemporânea –Hernandez López, Correa Prado.

Do ponto de vista metodológico, o estudo da burguesia -ou elites econômicas- foi analisado a partir de diferentes perspectivas, com diferenças no interior delas. Assim, na atualidade, podemos encontrar abordagens que se ocupam de estudar a burguesia a partir de sua inserção na estrutura econômica, tomando a noção de frações de classe, ou pesquisas que centram-se na identificação de mecanismos privilegiados de acumulação de capital. Por outro lado, investigações que selecionam as principais empresas -a partir de indicadores como o nível de faturação anual ou as principais empresas cotadas na bolsa de valores. Outra linha consiste em estudar a representação política da burguesia a partir das entidades empresariais –como a CNE e a FIESP–, fazendo referência aos setores que a compõem e a sua dinâmica interna de funcionamento para dar conta da hegemonia da representação e das disputas de interesses ao interior da classe. Outros autores propõem estudar o empresariado a partir da reconstrução de trajetórias, o que permitiria dar conta das redes de sociabilidade e da circulação de elites. Por último, estão os que abordam a burguesia a partir de suas representações ideológico-políticas.

Para concluir, este trabalho tentou ser uma contribuição ao estudo da burguesia nacional, seja para remeter-se às épocas passadas, seja para a abordagem da realidade contemporânea. Considerou-se que reconstruir as controvérsias em torno dela é uma estratégia válida, já que permite pôr em evidência a relação entre reflexões teóricas e história, além de traçar um mapa das possíveis interpretações sobre este ator específico. Se bem esta temática requer investigações mais profundas e sistemáticas, revitalizar o debate e contribuir ao diálogo entre distintos posicionamentos foi a principal motivação deste artigo.

## Referências

AVENA PRONE, L. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Um estudo sobre a obra de FHC e suas implicações para a teoria da dependência**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2010.

BANDOLI, M. O mito da burguesia nacional no pensamento de esquerda no Brasil pré-64: a crítica de Caio Prado Junior e Florestan Fernandes. **6º Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2009.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR., A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 57–73, 2007.

\_\_\_\_\_. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: **Política e Classes sociais no Brasil dos anos 2000, Boito Jr. e Galvão (orgs.), Alameda**. [s.l: s.n.]. p. 67–104.

\_\_\_\_\_. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum Econômico da FGV, São Paulo**, 2012b.

BOSCHI, R. Governance challenges, Institutional building, and National responses: reflections on the Brazilian development trajectory. **IESP/UERJ**, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações sobre a dependência. **Perspectivas**, v. 38, p. 17–48, 2010.

\_\_\_\_\_. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2014.

CARDOSO, F. H. “Teoria da Dependência” ou análises concretas de situações de dependência. **Estudos Cebrap**, 1970a.

\_\_\_\_\_. Dependência, Desenvolvimento e Ideologia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 10, n. 4, p. 43–71, 1970b.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. In: **Serra, José (org.), América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 364–393.

\_\_\_\_\_; FALETTO, E. **Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

\_\_\_\_\_; SERRA, J. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 40, p. 9–55, 1978.

CASTELO, R. **Social-liberalismo, O – Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo- um balanço histórico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 77–90, 2012.

CORREA PRADO, F. Outras razões del neodesarrollismo (o porqué se desconoció a la teoría marxista de la dependencia). **Argumentos**, v. 26, n. 72, p. 99–126, 2013.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. O que é revolução. In: **Prado Junior, Caio e Fernandes, Florestan. Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, p. 45–121, 2012.

FREITAG, B. Florestan Fernandes: revisitado. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 231–243, 2005.

FURTADO, C. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **La fantasia organizada**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1989.

GAITÁN, F. E BOSCHI, R. Estado, atores predominantes e coalizões para o desenvolvimento: Brasil e Argentina em perspectiva comparada. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, v. 2098, 2015.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: [s.n.].

GUIMARÃES, J. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: **Tavares (org) Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 15–32, 2000.

HERNÁNDEZ LÓPEZ, R. C. La dependencia a debate. **Revista de Estudios Latinoamericanos**, v. 40, p. 11–54, 2005.

IANONI, M. Coalizão e política macroeconômica nos dois governos de Lula: do tripé rígido ao flexibilizado. **Ponto de Vista**, v. Novembro, 2016.

MANTEGA, G. “A fantasia organizada”: uma crônica do intervencionismo. **Revista de Economía Política**, v. 6, n. 1, p. 142–144, 1986.

\_\_\_\_\_. O primeiro ano da nova matriz econômica. **Valor Econômico**, 22 dez. 2012.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución México Siglo XXI**, , 1969.

\_\_\_\_\_. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1991.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e dependência. In: **Traspadini, Roberta e Stedile, João Pedro (orgs), Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

\_\_\_\_\_. Dialéctica da dependência. In: **Traspadini, Roberta e Stedile, João Pedro (orgs), Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

MARTINS, C. E. El pensamiento de Ruy Mauro Marini y su actualidad para las ciencias sociales.

**Argumentos**, v. 26, n. 72, p. 31–54, 2013.

MARTINS, L. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editôra Saga, 1968.

O'DONNELL, G. Apuntes para una teoría del Estado. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 40, n. 4, p. 1157–1199, 1978.

O CAMPO, J. A. Seis décadas de debates económicos latinoamericanos. **Seminario Las políticas económicas y sociales de América Latina en el último medio siglo**, Secretaría General Iberoamericana, 2011.

OLIVEIRA, F., BRAGA, R. E RIZEK, C. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

POULANTZAS, N. **Poder político y clases sociales en el Estado Capitalista**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1969.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de américa latina y sus principales problemas** Comisión Económica para América Latina y el Caribe, , 1949.

ROLLEMBERG MOLLO, M. L. E DUTRA FONSECA, P. C. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economía Política**, v. 33, n. 131, p. 222–239, 2013.

ROSTOW, W. W. **Las etapas del crecimiento económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

SADER, E. Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração. **Sociologias**, v. 14, p. 150–177, 2005.

SAMPAIO JR., P. D. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 672–688, 2012.

SIMONSEN, R.; GUDIN, E. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo**. Brasília: IPEA, 2010.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Catucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, p. 43–71, 2015.

SUNKEL, O. Capitalismo, Poder y Democracia. **Revista Encrucijada Americana**, v. 6, n. 1, p. 87–97, 2013.

TATIANA, P. V. Dependência e Democracia no debate entre Cardoso e Marini. **V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010.

TEIXEIRA, A., MARINGONI, G.; LOBATO GENTIL, D. **Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945**. Brasília: IPEA, 2010.

TRASPADINI, R. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TRASPADINI, R. E STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VACCARI, G. DA S. **Empresariado e política no Brasil contemporâneo: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014)**. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

WAGNER, A. E PEREIRA DA SILVA, N. C. Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: duas visões sobre o capitalismo dependente. **Grupo de Estudos de Política da América Latina, Anais do V Simposio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, p. 185–200, 2013.

-----  
Recebido em 06-09-2016;  
Revisado em 01-06-2017;  
Publicação em 04-05-2018.